



MIGRAÇÃO RURAL E SUCESSÃO FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC ***MIGRATION AND FAMILY SUCCESSION IN SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC***

Joana do Amaral Antoniak

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco

joanaantoniak@gmail.com

Norma Kiyota

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER – IDR-Paraná

normak@idr.pr.gov.br

Grupo de Trabalho 05: Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

A agricultura familiar é um modo de vida antes de uma simples representação de um sistema produtivo e o objetivo deste estudo é analisar a dinâmica populacional rural do município de São Lourenço do Oeste - SC entre 1991 e 2017 e procurar inferências acerca da sucessão geracional desta agricultura familiar nos Censos Demográficos e Agropecuários do IBGE. Este levantamento verificou que a perda populacional de jovens rurais do Estado de Santa Catarina é 0,3 vezes maior que a taxa média nacional, entretanto, a redução populacional dos jovens rurais do município de São Lourenço do Oeste é cinco vezes (500%) maior que a taxa média nacional. Esta análise exploratória revela a necessidade premente de se buscar medidas mitigatórias para reduzir esta perda da população rural jovem do município devido às dificuldades encontradas pela agricultura familiar para consolidar os processos de sucessão geracional.

Palavras-chave: agricultura familiar; sucessão geracional; migração rural.

Abstract

Family farming is a way of life rather than a simple representation of a productive system and the objective of this study is to analyze the rural population dynamics of the municipality of São Lourenço do Oeste - SC between 1991 and 2017 and seek inferences about the generational succession of this family farming in the Demographic and Agricultural Census of the IBGE. This survey found that the population loss of rural youth in the State of Santa Catarina is 0.3 times greater than the national average rate, however, the population reduction of rural youth in the municipality of São Lourenço do Oeste is five times (500%) higher than the national average rate. This exploratory analysis reveals the pressing need to seek mitigation measures to reduce this loss of the young rural population of the municipality due to the difficulties faced by family farming to consolidate the processes of generational succession.

Key words: family farming; generational succession; rural migration.

1. Introdução

No Brasil, assim como em muitos outros países, a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar da população, entretanto, mais do que uma simples representação de um sistema produtivo de policultura e criação, a agricultura familiar caracteriza-se como um modo de vida em que a propriedade e o trabalho se encontram nos mesmos indivíduos de uma mesma família. Este modo de vida possui diversas particularidades que o diferem de outras formas organizacionais de produção rural que visam o lucro em vez da renda e sua reprodução social.

Na agricultura familiar, o trabalho está diretamente associado às necessidades da família, desta forma o atendimento das necessidades da família e das próximas gerações é um constituinte chave para entender sua dinâmica. Esta característica foi fundamental para compreender a racionalidade dos modos de produção em sistemas que possuíam a família como donas da terra e da força de trabalho.



Essas dinâmicas foram responsáveis por estruturar o modo de reprodução social das unidades familiares de produção e consumo e por garantir a manutenção deste modo de vida ao longo do tempo. Além disso, a agricultura familiar traz consigo características que são originadas na agricultura camponesa, como o desenvolvimento dos sistemas de produção mais integrados à natureza, tornando a produção menos artificial e mais independente de fatores externos que, em outras palavras, propiciam uma maior autonomia da agricultura familiar (PLOEG, 2006).

Apesar de sua majoritária presença e das características que garantiram sua sobrevivência até o momento, as transformações econômicas, sociais e culturais da modernidade modificam, a todo o momento, o modo de vida familiar e geram impactos sobre as dinâmicas produtivas e sociais das comunidades rurais.

Associado a essas modificações, a necessidade de superar o que era considerado primitivo e atrasado colocou o espaço rural como um dos principais meios com a necessidade de intervenções, já que a este era atribuído o significado de atraso (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Esta visão do rural resultou em uma dicotomia entre espaço rural e espaço urbano, na qual acentuava-se as diferenças e “vantagens” de um em detrimento ao outro.

Esse processo de ressignificação dos espaços e atribuição de características, muitas vezes pejorativas, foram questões importantes que conduziram à “necessidade” de promover mudanças no campo. Desta forma, o intenso movimento de iniciativas governamentais para a alteração dos sistemas de produção, viabilizou a criação de sistemas de crédito e uma rede de assistência técnica para atender as demandas das transformações do campo determinadas por agentes externos de como os agricultores deveriam “modernizar” suas áreas de produção.

O contexto desses processos gerou um cenário de instabilidade e de dificuldade para a agricultura familiar permanecer no campo através de suas próprias dinâmicas. Na impossibilidade de desenvolver suas atividades e na busca de condições melhores de vida para a família, as quais destaca-se acesso a educação, saúde e possibilidades de renda, somada às dificuldades do sistema de produção que estava se consolidando, as famílias iniciaram um processo de migração para o meio urbano, gerando um processo intenso de êxodo rural.

Esse fenômeno trouxe graves consequências para a reprodução social da agricultura familiar, uma vez que as bases do sistema, as famílias, deixaram o campo. Desta forma, o esvaziamento do espaço rural culminou na modificação das relações sociais estabelecidas entre as comunidades, nas próprias famílias, na aparência das áreas rurais e na estrutura do setor agrícola (BRUMER, 2007).

Apesar das taxas de migração do espaço rural para o urbano apresentarem diminuição nas últimas décadas, mesmo assim continuam ocorrendo, fato que acentua as consequências do processo citado anteriormente. Neste cenário, de continuidade de migração de um espaço para o outro, observa-se que dentre as faixas etárias, os jovens rurais ocupam grande porcentagem deste processo.

Essa constatação coloca em debate a continuidade das unidades de produção familiares, pois, os padrões sucessórios são parte integrante da reprodução social da agricultura familiar. As principais modificações decorrentes da ruptura do padrão de reprodução do processo de sucessão geracional da agricultura familiar, são: a interrupção da primogenitura e do minorato, a masculinização do campo, envelhecimento rural, a desagrarização e as transformações ocorridas na relação entre gerações e as questões de gênero (ABRAMOVAY, et al, 1998).

Assim, sabendo que a agricultura familiar é importante e sua existência afeta não somente a população do campo, mas, também, das cidades, é de fundamental importância



conhecer os dados referentes à população rural, e que estes sejam capazes de representar o momento atual que as comunidades rurais dos municípios brasileiros estão vivendo.

Segundo estudo realizado por Matte e Machado (2016),

compreender quais fatores têm influenciado a tomada de decisão dos jovens de sair do estabelecimento rural e não sucederem seus pais torna-se cada vez mais importante, uma vez que tal compreensão é necessária para administrar os desdobramentos decorrentes das decisões das próximas gerações, bem como para criar políticas públicas e ações de organizações envolvidas com a categoria de agricultores familiares (MATTE; MACHADO, 2016, p. 132).

Segundo Matte e Machado (2016), a partir de estudos e análises anteriores acerca do tema, constata-se que “a migração da população rural, especialmente jovem, vêm ocorrendo de forma significativa nas últimas décadas na Região Sul do Brasil” (MATTE; MACHADO, 2016, p. 146). Diante deste processo, destaca-se não apenas o esvaziamento do campo, que é prejudicial para manutenção de suas dinâmicas produtivas e sociais, mas, também, as dificuldades relacionadas à reprodução social no meio urbano, uma vez que este é o destino após a saída do meio rural. Estas dificuldades advêm, principalmente, devido à demanda de emprego e qualificação profissional para atuar em alguns setores (MATTE; MACHADO, 2016).

Ao pensar nas transformações ocorridas na forma de se fazer agricultura no Brasil nas últimas décadas, o objetivo deste estudo é analisar a dinâmica populacional rural do município de São Lourenço do Oeste - SC entre 1991 e 2017 nos Censos Demográficos e Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e procurar inferências acerca da sucessão geracional da agricultura familiar.

A partir das considerações descritas, o artigo está dividido em três segmentos, além da introdução e considerações finais. Inicialmente, aborda a agricultura familiar e as transformações decorrentes da modernização; a seguir, trata da sucessão geracional no contexto do esvaziamento do espaço rural e, por fim, apresenta comparações entre o movimento demográfico no Brasil, Santa Catarina e o município de São Lourenço do Oeste - SC.

Esse estudo foi realizado seguindo uma fundamentação teórica oriunda de uma revisão bibliográfica, que serviu para encontrar alguns conceitos e fenômenos que acontecem no tema da sucessão geracional e uma pesquisa exploratória, que utiliza dados secundários dos censos Agropecuário (2017) e Demográficos (1991, 2000 e 2010) do IBGE.

2. Agricultura familiar: Transformações e implicações da modernização

As transformações observadas a partir da modernização influenciaram na forma de se fazer agricultura, refletindo tanto em aspectos produtivos, como nas relações sociais estabelecidas entre as comunidades para o desempenho das atividades que constituíam este modo de vida.

Em relação a agricultura familiar, segundo Wanderley (1996) mesmo a partir das transições e modificações que ocorreram na agricultura, os vínculos e tradições camponesas nunca foram totalmente rompidos. Porém, os desdobramentos desse novo cenário originaram diferentes vertentes de agricultura que apresentam contínuas modificações ao longo do tempo. Dessa forma, mesmo mantendo algumas características presentes, considera-se que a agricultura familiar possui constelações (PLOEG, 2006) e a inter-relação destas associa



características que envolvem, principalmente a presença do mercado e sua influência neste processo.

Segundo Ploeg (2006),

a modernização implicou, primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho (PLOEG, 2006, p. 16).

Devido a sua complexidade e relevância, o trabalho da agricultura familiar constitui um campo de estudos de muitos autores para compreender a racionalidade sob a qual esta estava fundada (ABRAMOVAY, 1992) e seus processos. Na obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, Abramovay fez um compilado de diversos estudos que apontam as características do modo de produção camponês. Dentre estas, salienta as diferenças na racionalidade econômica, nas quais destaca-se a eficiência na produção com os recursos disponíveis, conduta de aversão ao risco, necessidade de conservação dos recursos sociais e institucionais e atendimento às necessidades básicas da família (ABRAMOVAY, 1992).

Diante do estudo da racionalidade, o autor ainda destaca que os economistas não analisam de maneira minimamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e as leis operam (ABRAMOVAY, 1992). Segundo o estudo, na agricultura familiar, o ambiente social funciona como organizador de vida e há a ausência de uma contabilidade racional, pois a economia não existe como esfera institucional, sendo que “a família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido a atividade camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 112).

As características de comportamento e da dinâmica das atividades que possuíam profunda conexão com a terra, família e trabalho, as alterações vivenciadas tiveram intensos impactos sobre a categoria do trabalho dentro das unidades de produção, devido às demandas do mercado, refletindo em todas as outras dinâmicas. Essa constatação é importante, pois a manutenção da estrutura agrária se deve às estratégias de reprodução da agricultura familiar, nas quais destaca-se a organização do trabalho em família, os padrões sucessórios, a formação do patrimônio, pluriatividade e migração (PERONDI; RIBEIRO, 2011).

Os aspectos família, produção e trabalho presentes em uma unidade produtiva resultam na organização e nas estratégias econômicas e de reprodução social das famílias (WANDERLEY, 1996) que foram afetados pelas transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas influenciando as mudanças nos padrões de reprodução social da agricultura familiar, e consequentemente dos padrões sucessórios, afetando diretamente a continuidade desse modo de vida. Em relação ao fator de reprodução social citado anteriormente, as principais consequências da descontinuidade desse processo são o esvaziamento populacional e a “geração de um contexto de incertezas” (MATTE; MACHADO, 2016, p. 131).

A reestruturação dos processos de produção a partir das modificações que o mercado e a mercantilização trouxeram são características importantes para se destacar quando se analisa os processos de transformação na agricultura (PLOEG, 2006). Porém, mesmo que a agricultura capitalista e empresarial, que possuem características muito diferentes do modo de produção camponês, tenha avançado, trazendo a intensificação produtiva e a monocultura, isto não fez com que houvesse o desaparecimento completo de unidades de produção que funcionam de forma diferente deste sistema, como a agricultura familiar, pois o que o período



de modernização desconsiderou foi a relevância das características sociais presentes na agricultura familiar.

Nesse cenário, observa-se o movimento de recampesinização em diversos países, devido às vantagens apresentadas por esse sistema. Baseada nessas características, a agricultura familiar se prova como um modo de vida que pode atender às demandas dos locais onde está inserida e apresentar características mais sustentáveis para o meio ambiente e também para os aspectos sociais e produtivos. Como destacado por Ploeg (2006), o “modo de produção camponês desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados” (PLOEG, 2006, p. 41).

Segundo o mesmo autor, a recampesinização é importante devido a relevância do modo de produção camponês frente a alguns dos principais problemas globais, como: desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, consumo excessivo de energia, entre outros (PLOEG, 2006) e pela representatividade em vários lugares do mundo, pois “as pessoas (entre elas, muitos jovens) estão se reconstruindo como camponeses” (PLOEG, 2006, p. 44).

Dessa forma, o autor aponta a recampesinização como,

de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses. O “camponês” não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção (PLOEG, 2006, p. 17).

Em relação às modificações na forma de se fazer agricultura, apontamentos relativos às consequências da agricultura empresarial que conduz ao “despovoamento do meio rural e a uma redução do valor agregado gerado no campo” (PLOEG, 2006, p. 44), o processo de recampesinização ganhou força e possibilitou a retomada da autonomia das unidades de produção no processo produtivo, culminando em novas formas de desenvolvimento (PLOEG, 2006). Este processo se dá fundamentalmente devido ao “novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego” (PLOEG, 2006, p. 44).

As características apresentadas nas dinâmicas da agricultura familiar podem conduzir à compreensão e na retomada do que entende-se sobre este modo de vida. Isto pode ser realizado ao analisar algumas condições descritas por Ellis (2000) sobre os modos de vida, como: (1) o conjunto de ativos e atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família; (2) a noção de diversidade, que é um atributo que se manifesta segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras; e (3) a diversificação, que remete ao entendimento do processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida, podendo conduzir ao fortalecimento deste modo de vida e em melhores condições para os envolvidos, visando a superação das consequências decorrentes da modernidade.

3. A sucessão geracional no contexto do esvaziamento do espaço rural

Mesmo diante dos estudos que apresentam as tendências de recampesinização e demonstram suas vantagens produtivas, sociais e ambientais a agricultura familiar ainda está inserida em um contexto ao qual é submetida a pressão da modernização, grandes corporações e tendências de modificação do sistema de produção. As mudanças, causadas, principalmente, pelo processo de mercantilização, a que a agricultura familiar está submetida, aos sistemas de



integração da produção agroindustrial que se vinculam, ao movimento demográfico e a relação de trabalho entre rural e urbano, continuam colocando a agricultura familiar em questões críticas em relação a continuidade. Esses e outros fenômenos modificaram os padrões de reprodução social da agricultura familiar e a descontinuidade desse processo pode resultar no êxodo rural de toda a família e extinção da própria unidade de produção, o que modifica o seu tecido social, a aparência das áreas rurais e a estrutura do setor agrícola (BRUMER, 2007).

Dessa forma, as dinâmicas sociais, relacionadas à reprodução social da agricultura familiar, continuam sendo um ponto crítico na continuidade desse modo de vida e nesse cenário. Diante das modificações apresentadas nas últimas décadas a sucessão geracional vem sendo estudada por diversos autores, principalmente no que se refere aos problemas relacionados à sucessão, conforme apontam Abramovay et al. (1998), Carneiro (2001), Silvestro et al. (2001), Mello et al. (2003), Brumer (2007, 2014), Brumer e Anjos (2008), Kiyota, Perondi e Vieira (2012), entre outros.

A sucessão geracional, que representa parte importante do processo de continuidade das unidades de produção, segue padrões de reprodução social que possuem alguns fatores envolvidos em sua dinâmica, como história, gênero, renda, escolaridade, projetos de vida dos jovens, sociabilidade urbana, comunidade e trabalho (KISCHENER, 2015).

Em relação aos fatores históricos que influenciam a dinâmica da sucessão geracional, destaca-se os padrões de sucessão praticados de diferentes formas nas diversas áreas rurais distribuídas pelo Brasil (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012). Segundo Kischener (2015) a vinda dos imigrantes europeus, a importação do modelo de produção familiar praticada na Europa e as práticas associadas a esta lógica de produção como a expansão da fronteira agrícola a partir da compra de terras da vizinhança, incentivo a vocação religiosa e a saída para estudar, constituíam modos de encaminhar os filhos que não eram os escolhidos para permanecer na unidade de produção.

Nesse processo, a discriminação em relação ao gênero era notória, pois, historicamente as mulheres foram preteridas na sucessão das unidades de produção, colocando-as em um contexto de exclusão. As estratégias em relação às mulheres eram baseadas no casamento e no recebimento de um dote em forma de herança, ingresso na vida religiosa, o celibato civil ou a migração para cidade (CARNEIRO, 2001). Neste contexto, as “opções de escolha” colocavam as mulheres em diferentes condições no status social, sendo que dificilmente ocupariam uma posição de protagonismo, porém, diante de padrões que inferiorizavam o papel da mulher na sociedade, algumas das opções que ofereciam maiores possibilidades de ascensão e independência em relação ao contexto familiar eram uma motivação para saída do rural e culminaram em maiores taxas de êxodo rural feminino e, consequente, masculinização do campo.

A sucessão geracional privilegiava a continuidade da unidade de produção de forma que um dos filhos continuasse na unidade de produção (CARNEIRO, 2001), geralmente, o filho homem mais velho (primogenitura) ou mais novo (minorato). Os demais filhos e filhas, excluídos do processo, eram encaminhados profissionalmente para outra função (CARRIERI; AGUIAR, 1993) ou recebiam uma parte da terra para formar uma nova família ou um “dote” na forma de herança, no caso das mulheres, como já descrito (ABRAMOVAY et al., 1998). A aceitação da família desta dinâmica era uma característica presente (MATTE; MACHADO, 2016), garantindo a perpetuação destas práticas entre as gerações.

Essa dinâmica foi limitada a partir do momento em que o acesso a novas áreas de terra começou a ser uma barreira, tanto por questões de preço, quanto pela disponibilidade de novas áreas para as famílias. Além disso, as questões de gênero presentes sempre foram um



fator excludente no acesso às unidades de produção pelas mulheres, que restringiam-se a acompanhar o cônjuge, tornando o matrimônio uma das questões centrais para a dinâmica da sucessão geracional na família. Estes dois fatores, dentre outros, associados à busca por melhores condições de vida no meio urbano, motivaram a saída dos jovens do campo, principalmente, das jovens mulheres, culminando na masculinização e envelhecimento do campo, questões que têm se agravado nos últimos anos.

Diversos estudos realizados, principalmente, na Região Sul do Brasil, ocuparam-se em levantar os fatores que influenciam a tomada de decisão dos jovens em não serem sucessores, dentre eles estão: dificuldade em obtenção de terra, baixa renda, ausência de incentivo e estímulo dos pais, comparação entre os meios urbano e rural, penosidade das atividades produtivas, impossibilidade de constituir novas famílias, desigualdade de gênero, acesso ao estudo, expectativa profissional, desvalorização da ocupação produtiva e autonomia no interior da propriedade (MATTE; MACHADO, 2016).

Relacionando as possibilidades de independência do contexto familiar e somando-se as questões como escolaridade, penosidade do trabalho, renda e sociabilidade com o meio urbano, a busca por esse destino configurou-se como um caminho para os jovens do meio rural. A possibilidade de emprego urbano apresenta vantagens, como trabalho assalariado, direitos trabalhistas como férias (KISCHENER, 2015) em detrimento do trabalho rural, que em função da penosidade das atividades agrícolas, “são fatores que podem contribuir para a saída dos jovens da agricultura” (KISCHENER, 2015, p. 57). Além de questões relacionadas à renda, o meio urbano também apresenta possibilidade de maior acesso à escolaridade. Segundo Kischener (2015) “o descaso do Estado brasileiro que não via como algo estratégico levar educação ao campo, os jovens rurais deixavam a escola com poucos anos de estudo”, associado a uma característica cultural de que para permanecer no campo não necessitava-se de escolaridade, logo quem almejava elevar o nível de escolaridade buscava alternativas fora do meio rural e quem optava por permanecer neste não dava sequência aos estudos.

Ao utilizar as definições sobre os meios de vida que constituem os modos de vida, pode-se relacionar este com a sucessão geracional, considerando que ao observar os fatores que estão disponíveis e que poderiam fornecer melhores condições de vida, estes, também, poderiam conduzir a diferentes escolhas e motivações para os jovens rurais.

No contexto do tema da sucessão geracional, as questões relacionadas ao projeto de vida e escolhas do jovem vêm ocupando um local de destaque nas discussões e estão diretamente relacionadas às diversas questões sobre os fatores que influenciam a permanência e saída do jovem no campo. O projeto de vida dos jovens é um fator recente quando trata-se da sucessão geracional como apresentado por Kiyota, Perondi e Vieira (2012) “a sucessão depende diretamente, mesmo que não exclusivamente, dos projetos individuais dos filhos, pois a pressão moral dos pais sobre os filhos para garantir a reprodução social da família é menos evidente nos dias de hoje” (p. 195).

Essas diversas questões conduzem a necessidade de avaliar se “após o projeto de vida do jovem ser pensado deve-se verificar se existem meios e condições para executá-lo” (MATTE; MACHADO, 2016, p. 147), assim como se existe um projeto de vida para o futuro sucessor. Além disto, a participação dos pais neste processo torna-se fundamental, não somente como incentivo, mas, também, nas estratégias que estão adotando para promover a sucessão geracional (MATTE; MACHADO, 2016), seja com incentivo dos filhos ou na criação de condições para tornar a unidade de produção atrativa para permanência.

Dessa forma, as questões levantadas pelos estudos sobre o esvaziamento do campo e os motivos que estão relacionados a estes podem ser relacionadas diretamente com as



condições presentes no meio para o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos indivíduos.

Corroborando com essa análise, Sen (2000) destaca que o desenvolvimento é uma característica de sociedades em que os indivíduos alcançam uma condição em que dispõem de meios através dos quais podem realizar os fins que almejam. Estes fatores tornam a criação de condições de permanência e de desenvolvimento das atividades como questão central para se pensar a sucessão geracional no contexto das transformações ocorridas na agricultura familiar, frente às motivações que conduzem ao esvaziamento do espaço rural.

4. Comparações entre o movimento demográfico no Brasil, em Santa Catarina e no município de São Lourenço do Oeste - SC

O estado de Santa Catarina possui um dos maiores “maciços contínuos de agricultura familiar” do Brasil (NAVARRO, 2002) e é alvo de pesquisas na área (ABRAMOVAY et al., 1998; SILVESTRO et al., 2001; STROPASOLAS, 2002). Segundo o Censo Agropecuário (2017), o estado possui 183.066 mil estabelecimentos rurais em uma área total de 6.446.155 hectares, correspondendo a 67,6% da área do estado (IBGE, 2017). A Região Oeste do estado, em particular, ainda mantém os estabelecimentos rurais organizados sob uma estrutura agrária de pequenas propriedades e na mão de obra das famílias, herança da colonização de imigrantes italianos e alemães que ocuparam a área na primeira metade do século XX (PAIM, 2006).

O município de São Lourenço do Oeste - SC está localizado no noroeste de Santa Catarina. Fundado no ano de 1958, possui 24.501 habitantes (IBGE, 2021), uma área de 356.193 quilômetros quadrados, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,749 e escolarização de 99 % da população entre 6 e 14 anos (IBGE, 2010).

A economia do município é composta pelo setor agropecuário e extrativista, indústria alimentícia, com destaque para indústrias que produzem massas e biscoitos, indústria madeireira/moveleira, do ramo metal/mecânico, vestuário e o setor terciário que atua no atendimento das demandas microrregionais.

A trajetória agropecuária do município foi responsável pelo seu desenvolvimento desde o surgimento. Atualmente destaca-se a produção agropecuária diversificada, desenvolvida pelas pequenas propriedades, nas atividades de produção leiteira, milho, soja, avicultura e silvicultura. O espaço rural do município possui 1.270 estabelecimentos agropecuários, com área média de 28 hectares e a maioria sob o regime da agricultura familiar, correspondendo a 82,44% dos estabelecimentos rurais.

A formação de base agropecuária do município promoveu o desenvolvimento de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Familiares de São Lourenço do Oeste - SC, que atua na defesa e assistencialismo, principalmente no que se refere na promoção, acesso e implementação de políticas públicas para as famílias da agricultura familiar. A presença da cooperativa de agricultores familiares, que associado ao Sindicato, também é uma importante entidade que viabiliza a comercialização dos produtos da agricultura familiar, principalmente através de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Embora a representatividade do setor seja importante para economia local, segundo dados dos Censos Populacionais do IBGE, a população rural do município vem apresentando diminuição. Os dados do Quadro 1 evidenciam o esvaziamento do espaço rural no município, seguindo uma tendência nacional.



Quadro 1. População rural total no Brasil, Santa Catarina e São Lourenço do Oeste - SC nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2017.

	Brasil	Santa Catarina	São Lourenço do Oeste - SC
1991*	35.834.485	1.333.457	13.003
2000*	31.947.618	1.140.100	6.240
2010*	29.821.150	1.000.533	4.912
2017**	14.525.073	486.838	3.017

Fonte: IBGE (2010, 2017), elaboração própria.

*Dados referentes aos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 que consideram a população total residente no espaço rural.

* Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 que considera o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

Ao analisar e comparar as taxas observadas entre cada período, destaca-se a intensificação do processo de esvaziamento entre os anos de 1991 e 2000 para todos os cenários analisados. As taxas correspondem ao decréscimo de 10,85% (equivalente a 3.886.867 pessoas) no Brasil, 14,50% (equivalente a 193.357 pessoas) em Santa Catarina e 52,01% (equivalente a 6.763 pessoas) no município de São Lourenço do Oeste - SC. Estes dados refletem o processo de êxodo rural que ocorreu com maior intensidade nos anos de 1970 a 1980, mas que ainda é relevante no período analisado.

Segundo Silva, Antoniazzi e Novak (2019) “diversos fatores podem ser considerados para o fenômeno avassalador da migração do campo para cidade” (p. 77). Como já abordado neste estudo, os processos de mercantilização e modernização da agricultura a colocaram em um contexto de vulnerabilidade e dessa forma, estimulou a saída do meio rural na busca por melhores condições de vida. Além disso, o incentivo à modernização da agricultura privilegiou o desenvolvimento de grupos mais capitalizados em detrimento da agricultura familiar (SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019).

Entretanto, a partir da década de 90, destaca-se um período em que marca o início da criação e execução de políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Alguns autores identificam três gerações de políticas públicas: o primeiro com o foco no viés agrícola e agrário, o segundo direcionado para políticas sociais e assistenciais e o terceiro orientado pela construção de mercados para segurança alimentar e nutricional e para sustentabilidade (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Com base no fortalecimento dessas políticas, estudos concluem que elas vêm se mostrando impulsionadores do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Desta forma, pode-se inferir que o segundo período analisado, entre 2000 e 2010, os locais já apresentavam diminuição nas taxas de redução populacional, sendo 6,66% (equivalente a 2.126.468 pessoas) no Brasil, 12,24% (equivalente a 139.567 pessoas) em Santa Catarina e 21,28% (equivalente a 1.328 pessoas) no município de São Lourenço do Oeste - SC. Este cenário de diminuição nas taxas pode ser reflexo da preocupação após o intenso êxodo rural ocorrido e, também, de políticas públicas que melhoraram as condições de vida no espaço rural, refletindo na permanência de famílias.

A principal política que se destaca é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é constituído por linhas de créditos voltadas para agricultura familiar. Nesse cenário, o desenvolvimento da política de previdência social rural contribuiu com o aumento da renda per capita no campo, assim como o Programa de



Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) que garantiam a compra de alimentos, conferindo maior estabilidade e renda para as famílias da agricultura familiar, contribuindo para evitar o agravamento da exclusão social e melhorando as condições de vida no campo (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Este processo de criação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar e os reflexos na diminuição da migração do campo para cidade demonstram a importância do papel do Estado para o fortalecimento e manutenção das atividades da agricultura familiar (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Porém, mesmo diante de tendências de diminuição entre 1991 e 2010, no último período analisado de 2010 a 2017 identificou-se o aumento das taxas de migração rural. Para esta análise relacionaram-se dados do Censo Demográfico e do Censo Agropecuário devido a disponibilidade e por serem os dados mais recentes disponibilizados oficialmente, possibilitando uma atualização acerca da população estudada. Para o Brasil, constatou-se a taxa de migração de 51,29% (equivalente a 15.296.077 pessoas), 51,34% (equivalente a 513.695 pessoas) em Santa Catarina e 38,58% (equivalente a 1.895 pessoas) em São Lourenço do Oeste - SC.

Diante desse cenário, cabe ressaltar que os dados referentes a cada um dos Censos são coletados considerando situações diferentes, pois o Censo Demográfico considera a população rural total residente no espaço rural e o Censo Agropecuário contabiliza o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários. Tendo em vista a forma de contabilização do Censo Demográfico que considera o total de residentes apresenta um cenário que vem se tornando frequente nos últimos anos, em que a população que mora no meio rural atua profissionalmente em atividades urbanas, não estando diretamente relacionadas com atividades agropecuárias. Este processo ocorre pela melhoria de infraestrutura que ocorreu em muitas áreas rurais no sul do Brasil e outras regiões, como a telefonia celular, asfaltamento de estradas rurais, internet, etc., que motivaram muitos jovens e adultos de continuarem a morar no meio rural, muitas vezes na própria unidade de produção da família, mesmo não participando das atividades produtivas rurais.

Considerando a proposta do estudo de relacionar a diminuição da população rural com o processo de sucessão geracional, a utilização dos dados do Censo Agropecuário de 2017 que considera apenas o pessoal ocupado no estabelecimento rural e não o total de residentes é interessante, pois nos últimos anos ocorreu o crescimento de uma população que mora no meio rural, mas atua profissionalmente em atividades urbanas. Este processo ocorre pela melhoria de infraestrutura que ocorreu em muitas áreas rurais no sul do Brasil e outras regiões, como a telefonia celular, asfaltamento de estradas rurais, internet, etc., que motivaram muitos jovens e adultos de continuarem a morar no meio rural, muitas vezes na própria unidade de produção da família, mesmo não participando das atividades produtivas rurais, pelo contrário, com atuação profissional urbana.

A análise dos dados da população rural constatou a diminuição nos percentuais de migração, mas não a interrupção deste processo. Desta forma, além da análise dos dados da população rural geral é importante que sejam analisadas as faixas etárias presentes no campo e a questão de gênero, inferindo a possibilidade de algumas faixas etárias e do gênero feminino apresentarem maiores contingentes de migração. Este recorte é importante para que seja identificado em quais situações a migração é mais presente e os motivos que levam a esta opção (nem sempre é uma escolha), fazendo com que seja possível viabilizar medidas que sejam capazes de atender as demandas associadas.

A questão de gênero vem apresentando modificações, principalmente no que se refere a visibilidade do trabalho feminino nas unidades de produção. Segundo estudo realizado por Pilatti et al (2019),



“o reconhecimento do trabalho das mulheres se fortalece por conta das lutas levantadas pelas agricultoras e através das suas conquistas. Hoje, elas já não são apenas vistas como simples encarregadas dos afazeres domésticos e dos “serviços leves”, mas, como agricultoras que desenvolvem todas as atividades relacionadas à agricultura. Entretanto, falta reconhecimento para aquelas que são as principais gestoras das unidades de produção da família” (p. 2).

Associado ao reconhecimento pelo trabalho, questões que historicamente invisibilizavam as mulheres nas unidades de produção, como o acesso à terra, também foram modificadas nas últimas décadas. Legalmente, o direito das mulheres só foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988, definindo que estas também têm direito à terra, independente do estado civil, assim como os filhos homens (CARNEIRO, 2001).

Em função do objetivo do estudo relacionar as características de sucessão geracional e migração, no Quadro 2 são apresentados os dados relacionados à juventude rural, contemplando a faixa etária considerada de jovens de 15 a 29 anos, tendo em vista que estes serão possíveis sucessores. Os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico são referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010, que permitem analisar isoladamente as faixas etárias de referência.

Diante deste contexto, constatou-se que o Brasil possui uma população de 24.495.505 jovens rurais. Esta contagem resulta numa diminuição de 5,76% (equivalente a 1.498.121 pessoas) da população rural jovem brasileira entre os anos de 1991 e 2000 e de 0,11% entre 2000 e 2010.

Já no estado de Santa Catarina a redução na população rural foi de 10,22% (equivalente a 104.943 pessoas) entre os anos de 1991 e 2000 e de 6,49% entre 2000 e 2010. Entretanto, em São Lourenço do Oeste – SC, a diminuição no contingente de jovens rurais entre 1991 e 2000 foi de 48,34% (equivalente a 4.801 pessoas) e representando a significativa diminuição entre as décadas analisadas, entre os anos de 2000 e 2010 houve uma diminuição de 18,36% na migração de jovens rurais.

Quadro 2. População rural entre 15 e 29 anos no Brasil, Santa Catarina e São Lourenço do Oeste nos anos de 1991, 2000 e 2010.

	Brasil, Unidade da Federação e município		
Ano	Brasil	Santa Catarina	São Lourenço do Oeste
1991	26.020.520	1.026.669	9.931
2000	24.522.399	921.726	5.130
2010	24.495.505	861.904	4.188

Fonte: IBGE (2010), elaboração própria.

Esses dados podem indicar que os fatores levantados pelas pesquisas realizadas na Região Sul, já citados no estudo, podem estar presentes e ainda serem causa do processo de esvaziamento do campo. Esses dados demonstram que mesmo a partir da realidade já constatada por outros estudos através de levantamentos e apresentação de fatores relacionados à sucessão geracional, ainda carecem de medidas para que essa ocorra frente aos desafios presentes no espaço rural.



Dessa forma, como já identificado em trabalhos que associaram a pesquisa quantitativa com a qualitativa em comunidades é importante realizar estudos regionais para que sejam levantadas as principais demandas e desta forma atender mais plenamente as especificidades. Esta dinâmica possibilita que os recursos sejam empregados de forma mais eficiente, por isso além da análise dos dados é importante que exista o conhecimento da realidade investigada.

Sendo assim, os dados levantados neste estudo carecem de investigações que sejam capazes de extrair as situações vivenciadas nas realidades das unidades de produção e por isso relaciona-se com a abordagem dos meios de vida. Neste sentido, a abordagem tem por objetivo auxiliar na captação da dimensão positiva da crise, auxiliando na leitura e interpretação da capacidade de resistência e transformação dos atores sociais que se adaptam e exploram as mudanças físicas, sociais e econômicas, transformando uma ameaça em oportunidade (ELLIS, 2000).

Essa abordagem ainda relaciona-se com

[...] as proposições de Ellis sobre a diversificação como diretrizes de políticas de apoio à diversificação dos meios de vida no meio rural dos países em desenvolvimento, o autor propõe: (a) direcionar as políticas para determinados grupos sociais respeitando sua especificidade; (b) proporcionar políticas que procuram reduzir o risco das atividades das pessoas pobres; (c) disponibilizar o microcrédito; (d) alavancar as possibilidades de trabalho no setor de serviços no meio rural; (e) estimular os empreendimentos não agrícolas no meio rural; (f) fortalecer as vilas rurais e a infraestrutura das pequenas cidades; e (g) investir em educação (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 130).

Nesse cenário, a soma de fatores gerados pelas políticas direcionadas para as questões específicas pode conduzir a uma melhora no contexto geral do espaço rural e das famílias que fazem parte. Além disso, favorecer o desenvolvimento de um cenário que estimule a diversificação cria um espaço para as famílias “estabelecerem estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) a que estão submetidos, assim como incrementar sua resiliência” (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 131).

Além disso, o envelhecimento da população rural demonstra que a expectativa de vida dos agricultores familiares também aumentou, assim, é necessário que as famílias planejem o processo de sucessão geracional da unidade de produção antecipadamente, pois se os filhos tiverem que esperar a aposentadoria dos pais para iniciar sua vida produtiva nessa, estes jovens provavelmente já terão iniciado outra atividade profissional e constituído sua própria família em outro local, dificultando o seu retorno para a unidade de produção da família. E, neste momento de planejamento conjunto das diferentes gerações, as políticas de crédito fundiário, melhoria de vida no meio rural e de diversificação da renda são importantíssimas.

5. Considerações Finais

Neste estudo se observou as diferentes tendências de deslocamento populacional rural do município de São Lourenço do Oeste (SC) frente a seu estado de Santa Catarina e ao próprio Brasil nos períodos de 1991 a 2017. Diante dos dados, foi possível constatar a diminuição nas taxas de migração para ambas as categorias, população rural total e população jovem rural, analisadas, porém o processo continua ocorrendo. Este levantamento verificou que a perda populacional de jovens rurais do Estado de Santa Catarina é 0,3 vezes maior que a



taxa média nacional, entretanto, a redução populacional dos jovens rurais do município de São Lourenço do Oeste – SC é cinco vezes (500%) maior que a taxa média nacional.

Esta análise exploratória revela a necessidade premente de se buscar medidas mitigatórias para reduzir esta perda da população rural jovem do município devido às dificuldades encontradas pela agricultura familiar para consolidar os processos de sucessão geracional. Relacionando com estudos anteriores infere-se que as motivações para a saída do espaço rural podem estar se mantendo no decorrer das décadas. Este fato denota a necessidade de observar os estudos realizados e buscar viabilizar medidas para mitigar as causas da ausência de sucessão geracional, bem como seus impactos na constituição das unidades de produção familiar.

Dessa forma, a sistematização e análise dos dados disponíveis e coletados a partir das pesquisas demográficas são de fundamental importância para monitorar os fenômenos que estão ocorrendo e os impactos destes no desenvolvimento regional. E, apesar deste estudo ser exploratório, apresenta indícios de alguns fatores relacionados à migração e sucessão geracional dos jovens rurais de São Lourenço do Oeste (SC), além de demais fatores relacionados ao modo de vida da agricultura familiar do município.

Para o desenvolvimento rural estudos que relacionam as dinâmicas da agricultura familiar, bem como as demandas diante do cenário atual são importantes para formulação de políticas públicas que considerem as especificidades encontradas. Em relação à sucessão geracional, percebe-se a necessidade premente de políticas que estimulem a criação de um ambiente de diversificação e de possibilidades para as unidades de produção. Estas políticas podem pavimentar o processo de recampesinização observado por Van Der Ploeg (2006), visando reconstruir e fortalecer a autonomia nas unidades de produção familiares.

Ao considerar a importância da agricultura familiar e suas características, buscou-se chamar atenção para a manutenção das taxas de migração ao longo dos períodos, bem como, reiterar as consequências deste processo com base na literatura citada. Além disso, apresenta-se também a necessidade de compreender melhor o fenômeno investigado a partir da abordagem dos meios de vida, buscando compreender e levantar possibilidades de mitigar os efeitos da migração e promover a sucessão geracional da agricultura familiar.

Por fim, sugerem-se estudos que possam auxiliar na investigação de fatores que fortalecem a sucessão geracional e as motivações que estimulam os jovens a ter a permanência no meio rural como uma alternativa. Somado a isto, identifica-se o papel dos pais em proporcionar autonomia e condições para que os jovens considerem a sucessão geracional como um projeto do protagonismo de sua própria vida.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília: Edições Unesco, 1998.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, ano 11, nº 12, p. 6-17, jan./jun., 2008.



BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

CARRIERI, A.P. de; AGUIAR, A.R.C. A transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (MG). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 17., 1993, Salvador. Anais... Salvador: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, v. 5, 1993.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, vol. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: São Lourenço do Oeste**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/sao-lourenco-do-oeste.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/75511?localidade1=421690>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente, por sexo, situação e grupos de idade**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso em: 10 dez. 2022.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n.02, p. 159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KISCHENER, M.A. A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

KIYOTA, N.; PERONDI, M.A.; VIEIRA, J. A.N. Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, nº 1, p. 192-211, 2012.



MATTE, A.; MACHADO, J.A.D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, n. 37, V. 18, pag. 130, 2016.

MELLO, M.A. de et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, vol. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

NAVARRO, Z. Do mundo da roça ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no sul do Brasil. Brasília: MDA, NEAD, set. 2002.

PAIM, E.A. Aspectos Da Constituição Histórica Da Região Oeste De Santa Catarina. **Saeculum - Revista de História**, Paraíba, 2006.

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, Á.E.M. As Estratégias de Reprodução de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/280>. Acesso em: 25 set. 2022.

PERONDI, M.A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista Redes**, Vol. 17, n. 2, 2012.

PILATTI, G. ; KIYOTA, N. ; PERONDI, M. A. ; CASAGRANDE, J. . Gênero e sucessão na agricultura familiar: um estudo de caso com agricultoras sucessoras do Sudoeste do Paraná. In: 57 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2019, Ilhéus - BA.. Anais do 57 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Brasília - DF.: SOBER, 2019.

PLOEG, J. D. V. da. **O modo de produção camponês revisitado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, S. S. da; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 66–93, 2019. DOI: 10.18616/rdsd.v5i2.4545. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/4545>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVESTRO, M.L. et al. Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri, Brasília: MDA, 2001.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.27. mai-ago. 2011, p.180-219.

STROPASOLAS, V.L. O Mundo Rural No Horizonte Dos Jovens: O Caso Dos Filhos (As) De Agricultores Familiares De Ouro/SC. 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.



61º Congresso da
SOBER
Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

**AGROPECUÁRIA
DO FUTURO**
Tecnologia, Sustentabilidade e
Segurança Alimentar

WANDERLEY, M.N.B.de. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1996.